

CARTA ABERTA DOS PETROLEIROS DE DUQUE DE CAXIAS AO PRESIDENTE LULA E À PRESIDENTA MAGDA CHABRIARD



“Caros presidentes **Lula e Magda**,

Queremos através desta carta, expor ao nosso presidente Lula e à gestão indicada por este, nossa preocupação acerca de diversos aspectos da política de nossa empresa, seja em relação ao desenvolvimento do país e da companhia, seja em relação ao seu tratamento para com os trabalhadores e trabalhadoras. Fazemos isso ao mesmo tempo em que saudamos as mudanças promovidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE) do Ministério de Minas e Energia (MME) na composição da gasolina, de 27% para 30% de etanol, e do diesel, de 14% para 15% de biodiesel, ampliando a descarbonização dos combustíveis no Brasil, dando mais passos no caminho da transição energética justa, soberana e necessária.

Avanços e limites da atual gestão

São inegáveis os avanços que houveram no atual governo em relação ao fim de privatizações e a retomada de investimentos como a suspensão da privatização da Lubnor e de Urucu, a volta da FAFEN-PR, retomada das FAFENs na Bahia e em Sergipe, os investimentos no segundo trem da RNEST, no Complexo Boaventura, a volta da sede em Natal (RN) e torre Pituba (BA), a revitalização dos campos maduros da Bacia de Campos e o aumento da capacidade da Bacia de Búzios, entre outras. **Trata-se de uma importante retomada de investimentos, ainda que insuficiente para a Petrobrás retomar seu papel de protagonismo global.**

Os investimentos também voltaram a crescer, a mais de 50% se comparados à época do governo Bolsonaro, mas o crescimento do investimento ainda está abaixo do necessário para enfrentar anos de sucateamento e o grande atraso na transição energética, por exemplo. A política de dividendos mudou parcialmente, mas ainda assim entrega no mínimo 45% do fluxo de caixa livre para os acionistas, além de vultuosos dividendos extraordinários, isto mantém a empresa como o duto de dividendos para seus acionistas privados em detrimento de novos investimentos e a transição energética. Entendemos como muito grave a fala da presidenta da Magda, dando segurança ao mercado de que fará de tudo para pagar mais dividendos aos acionistas, enquanto segue sem apresentar uma solução para os equacionamentos da Petros, deixando nossos trabalhadores aposentados à deriva sofrendo com vultuosos descontos e descrença do governo.

Reestatização dos ativos privatizados e política de preços dos combustíveis

Tivemos mais de 300 bilhões de reais em ativos privatizados desde o golpe contra a presidenta Dilma. Boa parte dessas vendas viraram distribuição de dividendos para os acionistas. A Petrobrás perdeu força e deixou de ser uma empresa vertical, do poço ao posto. Tentando reposicionar nosso país como uma nação somente exportadora de óleo cru, tentaram limitar nossa empresa ao sudeste e à exploração do Pré-Sal, vendendo refinarias, distribuidoras e outros ativos estratégicos.

Sem o governo e Petrobrás encararem de frente a necessária reestatização de ativos fundamentais, como a RLAM (atual Refinaria de Mataripe, na Bahia), REMAN (atual REAM, no Amazonas), Refinaria Potiguar Clara Camarão (no RN), BR Distribuidora (atual Vibra) e Liquegás (atual Copa Energia), estaremos sempre à mercê dos agentes privados e da formação de cartéis. E nosso povo à mercê da inflação e da fome, sem sentir no bolso as mudanças reais que ocorreram na Petrobrás.

Para que se possa mensurar, desde que a BR Distribuidora foi privatizada, a margem de distribuição e revenda (parcela do preço que fica com distribuidoras e postos) para a gasolina subiu 81%, um evidente abuso que só poderia ser impedida caso houvesse uma distribuidora estatal com peso no mercado. A mesma coisa com a Liquegás, que desde que foi privatizada a margem do GLP subiu 76%. Hoje, a refinaria privatizada de Manaus cobra 65% mais caro por um botijão de gás do que a Petrobrás.

Ainda que tenhamos avanços ambientais na medida anunciada pelo CNPE, nos preocupa o fato de que distribuidores e revendedores privados não repassam reduções nos preços para os consumidores, sem contar a dificuldade de controle por parte da ANP dos preços do etanol e biocombustíveis. Ainda que com esta medida estejamos mais imunizados em relação à variação dos preços dos derivados no mercado externo, visto que o Brasil é ainda hoje um país importador de gasolina e diesel, os atores privados do setor de distribuição e revenda promovem ação deliberada e consciente em manter margens brutas de lucro elevadas sobre os preços para o consumidor final. Ainda, com a perda de 82% do orçamento da ANP desde 2013, a crescente dificuldade de fiscalização da Agência possibilita maior liberdade aos agentes privados para burlar a composição do combustível legalmente estabelecida, enquanto a Petrobrás respeita a legislação.

A política de preços do PPI (Preço de Paridade de Importação) foi abolida, mas a lógica dos preços internacionais ainda assombra a companhia. Em levantamento feito pelo sindicato, concluímos que nos dois primeiros anos sem PPI, a gasolina da Petrobrás foi vendida apenas 6% abaixo do PPI, e o diesel S-10 7% abaixo, muito pouco. Ou seja, na prática a mudança é quase nenhuma em relação ao governo anterior no que tange os preços dos derivados. Precisamos mudar isso, nosso povo precisa de um governo que contenha a inflação.

Falta de efetivo e acidentes de trabalho

Vivemos uma epidemia de acidentes entre os trabalhadores da Petrobrás, inclusive com mais uma vítima fatal na Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo, neste mês de junho. **Além do sucateamento das instalações, entre os motivos do aumento do número de acidentes está a absurda falta de efetivo próprio da Petrobrás nas áreas operacionais.** Após cerca de uma década, a companhia voltou a contratar, chegando ao final de 2024 com um efetivo de 41,8 mil trabalhadores diretos – menos da metade do que havia em 2013 de mão de obra própria, mas 8% a mais desde que Lula assumiu a presidência. Mas seguimos sem ter como horizonte retomar a importância que a empresa já teve há uma década no mercado de trabalho. Sequer a reivindicação que apresentamos de zerar o cadastro de reservas do Concurso que já está aberto, a atual gestão está aparentemente disposta a fazer. Isso tudo mesmo com a falta de efetivo nas unidades gerando riscos à vida destes trabalhadores e com centenas de trabalhadores que foram transferidos forçadamente pelo governo Bolsonaro de seus estados do norte e nordeste para o sudeste diante dos desinvestimentos promovidos nestas regiões.

A exemplo, as unidades que estão inaugurando um novo processo na REDUC, as unidades de HDT (Hidrotratamento) e HDS (Hidrosulfurização) são exemplos vivos da crise de efetivo da Petrobrás. Assim como diversas unidades da Petrobrás, estas duas unidades operam com

o efetivo abaixo do número mínimo. Vale destacar que o número mínimo já seria inferior ao número necessário de trabalhadores por posto de trabalho, número esse estabelecido em 2017 pelo chamado O&M (Organização & Métodos). Nestas unidades há ainda trabalhadores por se aposentar, e outros vindo para fazer o treinamento e serem deslocados para outras unidades. Ou seja, a situação pode piorar. **A ausência de trabalhadores suficientes no local de trabalho tem gerado sobrecarga, horas extras em excesso, o que provoca recorrentemente adoecimento dos trabalhadores e aumento dos acidentes.**

Falta de diálogo e negociação da gestão Magda com os trabalhadores

Este problema de efetivo é somente uma das diversas dificuldades de negociação que estamos tendo com o RH e a gestão atual. Tivemos **um corte da nossa PLR em um terço**, o que ocasionou uma greve de 24h em 26 de março; tivemos muita dificuldade em iniciar uma negociação de **Plano de Cargos**; e agora que está para começar a negociação após a aprovação de uma greve de 48h pela categoria, pelo cenário que se desenha, iremos enfrentar uma dureza enorme por parte da gestão para reconquistar parte dos direitos retirados ao longo dos governos Temer e Bolsonaro, seja na negociação de Plano de Cargos, seja na negociação do **Acordo Coletivo de Trabalho**. Nossos aposentados estão sendo profundamente humilhados com os descontos **do plano de equacionamento da Petros** dos planos PPSP e a negociação em torno do GT Petros não se concretiza em uma proposta de aporte de um montante considerável da Petrobrás para salvar o plano dos aposentados, mesmo esta tendo uma dívida de dezenas de bilhões com o plano; também nosso **Plano de Saúde, a AMS**, segue com muitos problemas, e um projeto de privatização através da APS (Associação Petrobrás de Saúde). Vemos uma perpetuação e um **aprofundamento da terceirização** como método de contratação prioritária na Petrobrás, implementando inclusive terceirizações agora em atividades fim essenciais, como o afretamento de Plataformas, como vem ocorrendo nas FPSOs, terceirização do Laboratório da REDUC e da operação nas FAFENs; discriminação entre quem é empregado da holding e das **subsidiárias**, como a Transpetro e a Petrobrás Biocombustíveis; as dificuldades que as mulheres seguem encontrando no **combate ao assédio** na empresa mesmo depois de tantos escândalos na companhia; não reconhecimento por parte da empresa da **exposição de seus trabalhadores a agentes químicos** como o Benzeno que geram câncer e outras doenças, assim como não garantia de aposentadoria especial para estes; assim como não garantia de uma série de **condições básicas de trabalho**, como transporte adequado, EPIs, respeito às normas regulamentadoras, subnotificação de acidentes; entre tantos outros problemas que enfrentamos cotidianamente, e que o senhor, Lula, como ex-sindicalista sabe muito bem como funciona.

Construir uma empresa que garanta “entregas” ao governo – que como dissemos, nos parecem insuficientes – sem olhar e valorizar aqueles que estão in loco viabilizando cotidianamente estas “entregas”, ao contrário, submetendo-os a regimes de trabalho adoecedores e, inclusive por vezes, fatais, está gerando uma contradição para o governo insuportável para nós que estamos “na ponta”. Entendemos ser fundamental uma mudança do governo, para o invés de favorecer grupos políticos do centrão com Ministérios e emendas, mesmo estes estando declaradamente ao lado do bolsonarismo, deveria olhar para nós trabalhadores que estamos e estivemos ao longo das últimas décadas sempre ao lado de Lula na defesa do povo brasileiro e da nossa soberania nacional. Fomos a linha de frente da campanha eleitoral em 2022 e não queremos sermos tratados pelo governo e pela gestão da empresa como “custos” e números. A Petrobrás somos nós, próprios e terceirizados, e merecemos ser valorizados como tal.

Transição energética justa e soberana precisa de mais investimentos

Efetivamente o Plano Estratégico 2025-2029 prevê um total de investimento no segmento de gás e energias de baixo carbono de US\$11 bilhões, dos quais US\$3 bilhões estão assegurados e outros US\$8 bilhões em avaliação. Em energia de baixo carbono ou transição energética estão previstos US\$8,5 bilhões, mas não é possível afirmar quanto está em avaliação e o quanto está garantido. **Sem dúvida é mais do que vínhamos tendo até então na área, ainda que muito menos do que o necessário** ou o que as concorrentes multinacionais estão investindo proporcionalmente em relação ao seu faturamento.

Queremos, sim, que a Petrobrás amplie suas reservas de óleo e gás, visto a dificuldade envolvida e o atraso da Petrobrás em promover a transição energética, mas qualquer discurso ambiental cai por terra, se não respeita-se os laudos técnicos do IBAMA sobre a possibilidade de exploração na Margem Equatorial. Pior ainda, quando o governo leiloa a exploração destes poços para empresas privadas, conforme foi promovido recentemente, sem nenhum marco regulatório especial - como ocorreu acertadamente à época do início do Pré-Sal. Abrir uma nova fronteira exploratória de petróleo e gás natural em um momento de emergência climática global só pode ser justificada caso a renda petroleira seja associada diretamente a um vultoso investimento em tecnologia e pesquisa para a transição energética. Além de serem empresas reconhecidamente menos capacitadas que a Petrobrás para garantir segurança operacional em operações deste tipo e a defesa do meio ambiente. Significa entregar nossas riquezas e nossa soberania para empresas de interesse imperial sobre nossos recursos.

Precisamos mudar a política da Petrobrás

Caros presidentes, as amarras do mercado internacional, dos acionistas privados e do centrão funcionam como um grande freio para a Petrobrás que precisamos. Igualmente à votação do Congresso Nacional contra o aumento do imposto para o IOF com o objetivo de que o governo corte gastos de áreas que afetam o povo, preservando os ricos do nosso país, infelizmente a gestão da Petrobrás tem tido posturas também ruins em diversos aspectos – como a conexão com preços internacionais dos derivados e a manutenção da política de dividendos, enquanto há pouca disposição negocial para com os trabalhadores. **Para derrotar os golpistas e privatistas que querem acabar com a democracia no Brasil precisamos que a Petrobrás invista pesadamente na economia do país, para a segurança energética e a transição justa e soberana, e não que entregue enorme parte de seu caixa para seus acionistas.** Podemos ser uma potência mundial na transição energética, mas para isso precisamos de percentualmente mais investimentos em pesquisa e tecnologia. Uma Petrobrás que cobre preços justos pelos combustíveis. Uma Petrobrás que reestatize os ativos vendidos a preço de banana, o que gerou enormes problemas econômicos e sociais, em especial para regiões como o Norte e o Nordeste. **Uma Petrobrás realmente preocupada com as pessoas, com seus trabalhadores e o povo brasileiro**, e que retome as contratações necessárias para ser a grande empresa estatal do Brasil. Uma Petrobrás para os brasileiros.

Duque de Caxias, 4 de julho de 2025

